CONSULTA

MOMSEN, LEONARDOS & CIA., por intermédio do ilustre advogado, Doutor Luiz Leonardos, honra-me com a consulta seguinte.

A pedido de nossas clientes, AMERICAN CYANAMID COMPANY e CYANAMID QUIMICA DO BRASIL, vimos consultá-lo sobre a possibilidade de ser elaborado um parecer a respeito da seguinte matéria: AME-

RICAN CYANAMID é titular da patente de invenção PI 8103449-0 (DOCT. 1), a qual, de acordo com a lei em vigor na data da sua concessão (Código da Propriedade Industrial — Lei 5.772 de 21/2/71 — art. 24), deveria vigorar pelo prazo de 15 anos a partir da data de requerimento ocorrida em 1/6/81. Assim, a patente que só veio a ser concedida em 27/2/96, teria expirado em 1/6/96.

Ocorre que quando a patente ainda estava em vigor, o Brasil promulgou o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido pela sigla TRIPS, no âmbito da Rodada do Uruguai GATT, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30 de 15/12/94 (DOCT. 2) e promulgado pelo Decreto nº 1.355 de 30/12/94 (DOCT. 3). Pelo art. 70.2 do Acordo, gera ele obrigações com respeito a toda matéria existente na data de sua aplicação, e por seu art. 33 o prazo das patentes não seria inferior a 20 anos a contar da data de seu requerimento.

Ora, a patente acima mencionada, PI 8103449-0, foi requerida no Brasil, em 1/6/81. De modo que pelo Código de Propriedade Industrial, então em vigor (Lei 5.772/71 — art. 24), teria ela expirado em 1/6/96. Mas, sustentando-se que o Acordo TRIPS vigora no Brasil a partir de 1/1/95, poder-se-ia alegar que a mencionada patente teve o seu prazo de vida prorrogado por mais 5 anos em decorrência da aplicação daquele Acordo.

Com base em tais argumentos, foi proposta Ação Ordinária contra o INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL-INPI para o fim de se obter a extensão do prazo da patente (DOCT. 4).

Os argumentos em questão estão mais desenvolvidos em artigos publicado na Revista dos Tribunais — Ano 84 — Novembro de 1995 — Vol. 721 — Págs. 30 a 38 (DOCT. 5). Estes argumentos foram aceitos pela Juíza Federal da 9ª Vara em outro processo, concedendo o mandado de segurança impetrado por Zeneca Ltd. (DOCT. 6), estando ainda esta sentença sob apelação.

Contestando a Ação, o INPI apresentou seus argumentos pelos quais entendia que o Acordo TRIPS ainda não seria aplicável, jun-

tando cópia de manifestação obtida da Organização Mundial do Comércio (DOCT. 7). Os argumentos do INPI prendem-se ao disposto nos arts. 65.1 e 65.2 do TRIPS que permitiram aos países em desenvolvimento adiar sua aplicação por 5 anos. Ao mesmo tempo, apresentou o INPI Agravo de Instrumento contra a concessão da liminar em medida cautelar, pleiteada pelas Consulentes, insistindo na inaplicabilidade do TRIPS (DOCT. 8). Este Agravo foi respondido pela Autoras (DOCT. 9) salientando principalmente que, em virtude da liberdade de implementação consagrada no art. 1º do TRIPS, os Estados Membros, ao incorporá-lo à ordem interna, tanto poderiam preferir adiar a sua implementação como aplicá-lo imediatamente — orientação seguida pelo Brasil, pois o art. 1º do Decreto 1.355 manda que seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém, e pelo art. 2º determina sua entrada em vigor na data da publicação do referido Decreto, revogadas as disposições em contrário.

Por outro lado, a nova Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279 de 14/5/96) foi elaborada com a finalidade declarada de se adequar ao TRIPS, como se vê do respectivo histórico contendo a orientação adotada pelo Relator do Projeto de lei (DOCT. 10).

Assim, a pedido de nossas clientes indagamos se lhe seria possível elaborar um parecer a respeito dessa matéria com a finalidade de demonstrar que o Acordo TRIPS começou a vigorar no Brasil em 1/1/95, mesma data de vigência do Tratado que criou a Organização Mundial do Comércio e, por consequência, todas as patentes que se encontravam então em vigor tiveram seus prazos estendidos por mais 5 anos pela aplicação conjunta de seus arts. 70.2 e 33, confirmando que o modo pelo qual o Tratado foi aprovado e promulgado no Brasil acarretou a opção pela sua imediata aplicação, sem que se aguardasse os prazos transitórios opcionais previstos em seus arts. 65.1 e 65.2.

PARECER

I — O tratado e o direito interno

1. As disposições dos tratados internacionais incorporadas ao direito interno brasileiro interpretam-se, aplicam-se, modificam-se e revogam-se como as demais normas jurídicas formal e materialmente legislativas. Assim tem entendido o Supremo Tribunal Federal, como se pode ver do acórdão lavrado no Recurso Extraordinário nº 71.154-PR, cuja *ratio decidendi* está resumida na ementa:

“Lei uniforme sobre o cheque, adotada pela Convenção de Genebra. Aprovada essa Convenção pelo Congresso Nacional e regularmente promulgada, suas normas têm aplicação imediata, inclusive naquilo em que modificarem a legislação interna...”. (RTJ 58/70)

Antes e como *obiter dictum*, a mesma Corte colheira em trabalho do Professor Candiota Campos acerca da *Lei Uniforme de Genebra sobre a Letra de Câmbio e Nota Promissória e sua Aplicação no Brasil*, (RTJRGS ano 1, nº 2, pgs. 1-11 e nº 3, pgs. 1-10), a lição, segundo a qual,

“Desde que legalmente aprovado o tratado federal, ou a convenção, qualquer cidadão brasileiro pode invocá-lo perante o Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário, para que a sua letra seja respeitada, o que significa ser o seu texto lei como as demais, posto que recebida na nossa ordem jurídica interna, obrigando a todos os juízes e tribunais do país, que a ela estão assim jungidos, semelhantemente ao que ocorre nos Estados Unidos. Parece, outrossim, que o direito entrado pela via da recepção do tratado está no mesmo plano de igualdade que o internamente elaborado, não sendo superior a este. Nossa Constituição não contém norma expressa de predominância do direito internacional, como a francesa. Admiti-la, seria, como declara Bernardo Schwartz, dar à Convenção, não força de lei, mas de restrição constitucional, e isso só a própria Constituição poderia estabelecer.” (Conflito de Jurisdição nº 4663-SP, in RTJ 48/76, esp. pg. 77).

Conformemente a essa premissa, nesse precedente decidiu-se que a regra jurídica do tratado ou convenção, incorporada ao direito interno brasileiro, submete-se à mesma competência jurisdicional, estadual ou federal, que as demais normas legislativas.

Finalmente, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 80.004-SE (RTJ 83/809), o Supremo Tribunal Federal concluiu memorável debate dos seus Ministros afirmando que o princípio *lex posterior priori derogat* se aplica à norma internacional incorporada ao direito interno. É textual:

“Embora a convenção de Genebra que previu uma lei uniforme sobre letras de câmbio e notas promissórias tenha aplicabilidade no direito interno brasileiro, não se sobrepõe ela às leis do país, disso decorrendo a constitucionalidade e conseqüente validade do Decreto-Lei nº 427/1969” [que modificava a regra da convenção atinente às causas de invalidez dos títulos cambiais].

2. Como toda lei, a norma de tratado ou convenção adquire vigência, executoriedade e força obrigatória, mediante os procedimentos aplicáveis às leis ordinárias.

“I principii esposti”, afirma FIORE, *“devono appliarsi altresì ai trattati. Essi quando siano stati legalmente conclusi e ratificati devono reputarsi obbligatorii fra gli Stati dai quali furono stipulati. Però, siccome i trattati, per quello che concernono i diritti dei privati, hanno la stessa forza obbligatoria delle leggi, così bisogna ammettere anche a riguardo di essi, che la loro obbligatorietà deve ritenersi subordinata alla loro pubblicazione. Laonde la Corte di Appello di Firenze ritenne, che la dichiarazione sottoscritta da Cavour e da Talleyrand per regolare l'esecuzione delle sentenze dei tribunali della Francia e dell'Italia non poteva reputarsi obbligatoria, pel motivo che non era stata pubblicata nella Raccolta Ufficiale delle Leggi”*.¹

Ratificado (art. 84, VIII, Const.), aprovado

1 PASQUALE FIORE, Delle Disposizioni Generali Sulla Pubblicazione, Applicazione Ed. Interpretazione Delle Leggi, vol. primo., Seconda edizione, Napoli-Torino, 1915, pg. 125. V., ainda, THÉOPHILE HUC, Commentaire Théorique et Pratique du Code Civil, t. I, Paris, Librairie Cotillon, 1892, nº 41, pgs. 50-51.

(arts. 49, I e 84, VIII, Const.) e promulgado (art. 84, IV, Const.) o tratado², suas normas tornam-se obrigatórias para os sujeitos respectivos em decorrência da publicação.³

Cumpridos esses trâmites, as disposições dos atos internacionais estão aptas a produzir, nas relações jurídicas que se estabelecem no meio nacional, os efeitos próprios das leis, que o direito romano assim enumerou: *Legibus virtus haec est: imperare, vetare, permittere, punire* (L.7, Dig., de Legibus).

3. O princípio da supremacia da Constitui-

ção Federal não permite a vigência e a aplicação no Brasil de normas de outros ordenamentos que não tenham sido transformadas ou recebidas no direito interno. Pela transformação, as normas internacionais convencionais são incorporadas à ordem jurídica nacional, sob a autoridade da Constituição e pelos processos nela previstos.⁴ Não se deve confundir o processo de transformação com aplicação do direito estrangeiro ou supranacional a determinadas situações jurídicas, por força de regras nacionais ou internacionais de solução do conflito de leis no espaço.

2 OSCAR TENÓRIO, *Lei de Introdução ao Código Civil*, Liv. Jacinto Editora, Rio de Janeiro, 1944, pg. 22, nº 10: “Como os tratados e convenções diplomáticas não são simples atos administrativos e de execução, sendo, realmente, leis (10), a regra da *vacatio legis* é aplicável, como *leges* é aplicável toda a matéria de publicação. Na mesma obra ver, ainda, nota 10, à pg. 22: “E necessário considerar que, em virtude da distinção feita na França entre promulgação e publicação, o referendun do Poder Legislativo não dá por si só força executória. Torna-se indispensável um ato do Executivo. Compreendemos, assim, as palavras de Mestre [ACHILE MESTRE, *Les traités et le Droit Interne*, Recueil des Cours, 1931, t. 38, pg. 255]: “Il est à remarquer qu’aux Etats Unis d’Amerique, ou domine cependant le principe d’après lequel le droit international fait partie integrante du droit national, les tribunaux americains se recusent à appliquer les dispositions des traités tant que n’est pas intervenu un acte exprès, une proclamation du Président des Etats-Unis à l’effet de donner l’ordre d’execution.”

3 OSCAR TENÓRIO, op. cit., pg. 19; “Considera-se a publicação como decorrência da promulgação. A publicação confere à lei existência, além de torná-la obrigatória. “Em nota 1, à mesma pg. 19, o A. transcreve a opinião de NICOLA STOLFI, *Diritto Civile*, vol. primo, n. 237: “La pubblicazione è l’atto col quale si porta, con un mezzo qualunque, la promulgazione della legge a conoscenza degli interessati (divulgatio promulgationis).” No mesmo sentido, v. EDUARDO ESPÍNOLA e EDUARDO ESPÍNOLA FILHO, *A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*, vol. I, 2ª edição atualizada por SILVA PACHECO, Renovar, 1995, pg. 35: “Em condições de ser obedecida e executada está, pois, a norma jurídica que se tenha elaborado nos termos da Constituição, e que a autoridade competente haja tornado executória. Mas, como ainda pondera BIANCHI, para que a obrigação de obediências possa tornar-se efetiva, ocorre, como novo requisito, a necessidade de que venha a ser conhecida das pessoas obrigadas a cumpri-la, ou, pelo menos, que essas pessoas tenham podido conhecê-las, porquanto “absurdo e tirânico seria impor, aos cidadãos, ordens e proibições, e torná-las responsáveis pela desobediência, sem que tais ordens ou proibições tenham sido manifestadas por alguma forma, de onde resultasse a prova, ou, pelo menos, a presunção de que ao conhecimento deles chegaram elas”. Daí, a distinção entre a existência jurídica da norma, a sua executoriedade e a respectiva obrigatoriedade. O citado autor italiano, que, melhor do que ninguém, precisou o verdadeiro alcance da doutrina constitucional, nesta matéria, explica que — “a existência da lei se verifica quando um preceito jurídico é emanado da autoridade legítima, preenchidas as regras e formalidades necessárias; a executoriedade depende da ordem dada, pelo poder executivo, para que se observe e faça observar o preceito, a obrigatoriedade, além da existência e da executoriedade, supõe, do parte daqueles que devem observá-lo, a reunião das condições necessárias para que possam ser legitimamente obrigados à obediência.”

4 Nas palavras de IAN BROWNLIE, *Principles of Public International Law*, 4th edition, Clarendon Press, Oxford, pg. 44, a doutrina da transformação desloca a da incorporação que sustentava que “customary rules are to be considered part of the law of the land and enforced as such” (...) “only so far as is not inconsistent with Acts of Parliament or prior judicial decisions of final authority”. Já a doutrina da transformação exige mais: “only in so far as the rules have been clearly adopted and made part of the law of England by legislation, judicial decision, or established usage”. (grifado no original)

As normas internacionais convencionais também podem ser normativamente implementadas, quando necessitam ser integradas, seja, porque incompletas quanto ao sentido de suas disposições,⁵ seja, porque deixaram em branco, deliberadamente, um espaço ou campo normativo, seja, enfim, porque sua execução depende de ato legislativo ou administrativo da autoridade nacional.

KELSEN distingue da implementação a transformação de uma norma de direito internacional em norma de direito interno.⁶ Embora negue a necessidade e a possibilidade da transformação, admite a seguinte exceção:

*"Only norms of international law providing for administrative or judicial acts of the state need transformation: and this only if the administrative or judicial organs are bound by the constitution to apply solely national law."*⁷

Parece claro que a norma de um acordo internacional que reclame a prática de ato administrativo pela autoridade nacional — como a da extensão do prazo de validade das patentes de propriedade industrial — necessita ser transformada, mesmo para o monismo internacional que tem em KELSEN seu mais acreditado expositor.

Tendo sido transformado, o TRIPS vige plenamente no Brasil e o Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que o promulgou, certifica, em um dos seus consideranda, *"que a Ata Final entra em vigor para a República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 1995"* e manda cumpri-la fielmente. Esse decreto entrou em vigor na data de sua publicação (art. 2º). Recorde-se que, segundo o artigo

31.1, da Convenção de Viena, *"Para os fins de interpretação de um Tratado, o contexto compreende, além do texto, seu preâmbulo e anexos"*.⁸

Incorporado o TRIPS, por transformação, ao direito interno do Brasil, a disposição do seu artigo 33 que dá validade por vinte anos às patentes de propriedade industrial tem força executória e é obrigatória, porque já publicada. Pergunta-se, contudo, se a aplicação do TRIPS, no seu todo, está suspensa, enquanto não advém o termo inicial mencionado no seu artigo 65.2.

II — Termo inicial de aplicação do TRIPS

4. Sem embargo de sua obrigatoriedade, a lei publicada pode ter adiado o início de sua vigência; no Brasil, é norma geral a do artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, que prescreve o prazo de 45 dias para que as leis entrem em vigor. Usualmente, porém, recorre-se a uma norma especial para dar-lhes vigência na data em que publicadas.

A *vacatio legis* — lapso temporal — nada suprime, nem diminui, da validade da lei; impede, diz FIORE, que se exijam os deveres, ou se exercitem os direitos nela estatuídos e concedidos e que se tornaram imperativos com a promulgação; a publicação, acrescenta ele, imprime nos preceitos sancionados e promulgados a força de gerar deveres e direitos efetivos.⁹ A *vacatio legis* apenas adia a efetividade de uns e outros.

Entendem os ESPÍNOLA, que o decurso da *vacatio legis* é um elemento *de fato* da força

5 ANTONIO LA PERGOLA, *Costituzione e Adattamento Dell' Ordinamento Interno Al Diritto Internazionale*, Milano, Dott. A. Giuffrè — Editore, 1961, pg. 34-35. *"Lo stesso Kelsen, dunque, ammette che, se la Costituzione contenga tale disposizione o il trattato (o meglio, le disposizione in esso contenute) siano state lasciati incompleti dagli stati contraentii, la trasformazione è necessaria"*.

6 H. KELSEN, *Principles of International Law*, Reinhart & Company Inc., New York, 1956, pags. 192-196.

7 H. KELSEN, *Principles*, ent., p. 195

8 v. J.F. REZEK, *Direito dos Tratados*, Forense, Rio de Janeiro, 1984, nº 379, pg. 453. O texto da convenção está reproduzido no anexo.

9 Cfr. FIORE, op.cit., V. I, pg. 118.

obrigatória da lei: “a lei no entanto”, dizem esses Autores, “para que tenha completa a sua autoridade, desenvolvendo essa força obrigatória, que adquiriu, precisa, ademais, de outro elemento de fato: o decurso do período da *vacatio legis*, isto é, do prazo fixado para sua entrada em vigor.”¹⁰ (A ênfase é do original)

5. A *vacatio legis* é um limite temporal. Como tal, aplica-se-lhe o postulado formulado por KELSEN:

“For only a norm can establish a limitation of the territorial, personal, material, or temporal sphere of validity of another norm; and norms which limit the spheres of validity of a certain normative order must belong either to this order, thus limiting its spheres of validity, or to an order superior to this order”.¹¹

Esse limite, acrescenta KELSEN, que é juridicamente um termo, não afeta a norma, nem a obrigação por ela criada, mas, a execução de uma e outra somente.¹²

Recorrendo à analogia, KELSEN explica porque assim é:

“La obligación de ejecutar la concención existe desde que la convención queda concluída o — lo que es igual — desde que entra en vigor la norma convencionalmente creada. Si concluyo el día de hoy un contrato obligatorio por el qual me obligo a pagar dentro de un año una cierta suma de dinero en un lugar

determinado, quedo obligado desde hoy. ¿Obligado a qué? A pagar la suma convenida. ¿A pagarla dónde? En el lugar indicado. ¿A pagarla a quién? A la persona con quién he contratado. Ello significa que desde hoy quedo obligado a ejecutar el contrato, pues si tengo la menor obligación, no puedo quedar obligado a otra cosa que no sea a ejecutar el contrato. Sin embargo, no estoy obligado a ejecutarlo hoy; pero si estoy obligado, desde hoy a ejecutarlo en el término de un año o en el momento que la condición se realice”.¹³ (...) “La condición suspensiva no suspende la fuerza ejecutória del contrato, que no es otra cosa que su obligatoriedad. Se trata simplemente de una condición de ejecución que, por otra parte, solo se refiere al tiempo”.¹⁴

À luz dessas duas proposições — da limitação temporal das normas das ordens jurídicas internacional e nacional por disposições próprias de uma e outra, bem como, da atinente ao nenhum efeito das condições e dos termos sobre a validade das normas a que se aplicam — podemos concluir que o TRIPS, incorporado ao direito brasileiro, tem aqui força executória e obrigatória; e que somente uma norma elaborada e promulgada na conformidade da Constituição poderia suspender-lhe a aplicação.¹⁵

Essa conclusão não se sustenta, apenas, na

10 Op. cit., nº 19, pg. 39. Leia-se ainda, à pg. 40: “O transcurso da *vacatio legis*, portanto, é o complemento da publicação, completando o terceiro momento da fase executória da lei, para que, obrigatória, faça atuar a sua autoridade.” V. ainda, J.F. REZEK, *Direito dos Tratados*, cit., nº 219, pg. 261: ... “a essência da *vacatio legis* só pode ser detectada onde se observe que, pela assinatura compromissiva de ambas as partes, o vínculo convencional se encontra realmente estabelecido em definitivo, e tudo quanto falta para a entrada em vigor é a fluência de um prazo determinado no calendário.”

11 HANS KELSEN, *Principles of International Law*, cit., pag. 93.

12 HANS KELSEN, *Contribution à L'Étude de La Révision Juridico-Technique du Statut de la Société des Nations (suite et fin) in Revue Générale de Droit International Public*, 3^{ème} série, tome XII, tome XLV — 1938, Paris, Éditions A. Pedone, nota 1 à pg. 195.

13 HANS KELSEN, *El Contrato y El Tratado*, México, Imprenta Universitaria, 1943, pghs. 68-69. v., também, KELSEN, *Contribution*, cit., loc. cit.

14 Op. cit., 70.

15 LORD McNAIR (*The Law of Treaties*, Clarendon Press, Oxford, 1986) que distingue a data em que, aperfeiçoado, o tratado entra em vigor, na data em que, tornando-se obrigatório, opera e da data “as from

indiscutível verdade dessas proposições jurídicas, mas, igualmente, na literalidade da norma do artigo 65.2, do TRIPS e na compreensão que decorre dos seus elementos materiais e formais.

6. Com efeito, a disposição do artigo 65.2, do TRIPS, é material e formalmente de direito internacional. Materialmente, porque os seus sujeitos são Estados e o objeto do pacto que eles firmaram é o seu poder de legislar e jurisdicionar nos respectivos territórios. E o efeito desse artigo 65.2, do TRIPS, de acordo com a classificação romana, é de *permitir* (*permittere*) que os países em desenvolvimento posterguem a aplicação do TRIPS, não o de *mandar* (*imperare*) que assim procedam, nem o de ordenar que o TRIPS somente tenha aplicação dentro de quatro anos.

Ora, disciplinando a relação jurídica contratual entre os Estados-Partes, a disposição do artigo 65.2, do TRIPS, não se pode aplicar, sem mais, à relação jurídica de propriedade industrial que tem outros sujeitos e confere outros direitos. Vem a propósito a advertência de PONTES DE MIRANDA: “*Nas relações não se dá substituição de termos sem que seja outra relação.*”¹⁶ (Grifado no original); e que se uma relação jurídica corresponder somente a um direito, este lhe exaure o conteúdo.¹⁷

Mas, pergunta-se, qual, então, o seu efeito como norma do ordenamento interno brasileiro que passou a ser em razão da sua transformação? Dois somente: a) o de autorizar o Brasil, se se reconhece e declara país em desenvolvimento, a postergar, por quatro anos, a aplicação do TRIPS e b) o de obrigá-lo a respeitar a decisão de qualquer país em desenvolvimento, nesse mesmo sentido.

Trata-se de uma *faculdade* autorizada pelo TRIPS a uma categoria de Estados-Partes que

se qualifiquem como países em desenvolvimento. O exercício dessa franquia subordinase, porém, à condição de não se valer dela o seu titular para legislar em contravenção às disposições do TRIPS (“*um Membro que se utilize do prazo de transição previsto nos parágrafos 1, 2, 3 e 4 assegurará que quaisquer modificações nas suas legislações, regulamentos e prática feitas durante esse prazo não resultem em um menor grau de consistência com as disposições do presente Acordo*”. Art. 65.5). Se o Brasil, declarando-se país em desenvolvimento, houvesse postergado em até quatro anos a aplicação do TRIPS, não poderia reduzir, nesse entretempo, a vigência das patentes já concedidas ou a conceder. Só lhe é permitido alterar o *status quo ante* para harmonizar sua legislação com a norma internacional, o que quer dizer, no caso das patentes de invenção, estender-lhes a vigência para vinte anos.

É a lição do direito internacional e decisão da Corte Internacional de Justiça:

“quand un traité prévoit ainsi que seules seront admises des réserves de catégories déterminées spécialement désignées, il existe évidemment une forte probabilité, si ce n’est une véritable présomption, pour que les réserves exprimées dans des termes repris du traité soient destinées a s’appliquer aux catégories correspondantes visées par celui-ci” (arrêt du 10 déc. 1978, affaire du Plateau Continental de la Mer Egée, Rec., 1978, p. 23.).¹⁸

III — As permissões do artigo 65, incisos 2, 3 e 4 são *Reservas Pré-formuladas*

7. Para a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a disposição do artigo 65.2, do

which the treaty speaks” (pg. 191), entende ser necessária uma regra jurídica acerca de operação e registra ser dominante o entendimento segundo o qual, salvo disposição expressa ou implícita em contrário, ele começa a operar na data em que entra em vigor (*enter into force*), isto é, a da assinatura ou, se necessária a ratificação, a data da sua troca ou depósito (pgs. 193-194).

16 PONTES DE MIRANDA, *Tratado de Direito Privado*, t.I, 2ª edição, Editor Borsoi, 1954, pg. 125.

17 Cf. o. cit., vol. I, pg. 124.

18 *apud* NGUYEN QUOC DINH, *Droit International Public*, 5ª Édition, L.G.D.J., 1994, pg. 179.

TRIPS, é uma reserva pré-formulada, como declarado em situação análoga.¹⁹

“Efetivamente, o referido Anexo não passa da enumeração articulada e exaustiva, das reservas possíveis, oferecidas à escolha das Partes Contratantes”. (RE Nº 75.327-MG, Rel. Min. BILAC PINTO, RTJ 66/872, esp. pg. 873).

Cuidava o Ministro BILAC PINTO da natureza e do alcance da regra da Convenção de Genebra Sobre a Lei Cambial Uniforme que concede às Partes Contratantes a liberdade de decidir se o direito de proceder contra o sacador persistirá no seu território, depois de decorrido o prazo de prescrição adotado na referida Convenção.

“Na realidade”, disse ele, “cada uma das Nações Contratantes, ao endossar certo número de reservas, expressas no Anexo II, assegurou-se o direito de legislar internamente, quando julgasse oportuno, sobre determinados temas pertinentes à matéria global. Tudo quanto se pode afirmar, em vista da reserva do artigo 25, é que o Brasil (...) tem liberdade de decidir que, no caso de perda de direitos ou de prescrição, no seu território subsistirá o direito de procedimento contra o sacador que não constituir provisão (...).

Reservou-se de tal forma o Brasil o direito de, oportunamente, legislar no sentido de excluir, dentro de circunstâncias predeterminadas, a prescrição semestral. Poderá fazê-lo sem, para tanto, ter que denunciar a Convenção de Genebra. E, se o fizer, não estará com isso violando o compromisso internacional, visto que se garantiu tal prerrogativa.” (RTJ 66, pg. 873).

Embora não considere tal procedimento uma verdadeira reserva, que é ato unilateral,²⁰ McNair reconhece ser essa a melhor maneira de realizar aquilo que, depois, somente poderia ser feito por meio de uma reserva (“*but it is the best way of doing what at a later stage can only be done by means of a reservation*”).²¹

IV — O início de vigência e aplicação do TRIPS

8. Ao aprovar e promulgar o TRIPS, transformando-o em lei interna, o Brasil o poderia ter subordinado aos termos iniciais de vigência no seu território autorizados, alternativamente, nos artigos 65.1 (... “*um ano após a data de entrada em vigor do acordo constitutivo da OMC*”) e 65.2 (“*postergar a data de aplicação dos dispositivos do presente Acordo, estabelecida no parágrafo 1º, por um prazo de quatro anos*”).²²

Mas, a opção por uma ou outra data deve revestir, necessariamente, a forma de ato legislativo interno. Primeiro, por força do postulado jurídico segundo o qual as normas que limitam a validade de uma ordem normativa devem a ela pertencer (Kelsen); e ainda porque, de acordo com o magistério dos ESPÍNOLA, contendo os tratados e convenções internacionais “*normas, a serem aplicadas nas relações internas, essas só se tornam obrigatórias, decorridos os prazos do artigo 1º e seu § 1º, [da Lei de Introdução] a contar da publicação oficial, como lei interna*”.²³

Porque o legislador brasileiro não se valeu

19 v. J.F. REZEK, *Direito dos Tratados*, Forense, 1984, pags. 344/346.

20 Artigo 2, § 1º, al. d da Convenção de Viena.

21 LORD MCNAIR, op. cit., pg. 161.

22 Há precedente, na história diplomática brasileira, de renúncia do Brasil a prazo mais dilatado de aplicação de convenção internacional, relatado por REZEK, op. cit., nº 322, pg. 386: “*O Império do Brasil manifestou sua adesão ao tratado constitutivo da União Geral dos Correios em 17 de março de 1877, ficando estabelecido que a vigência do pacto, em relação ao Império, começaria em 1º de julho seguinte. Já em 25 de maio daquele ano o Decreto nº 6.581 promulgava o compromisso, que dessarte vigorou externa e internamente na data prevista*”.

23 Cf. EDUARDO ESPÍNOLA e EDUARDO ESPÍNOLA Fº, *A Lei de Introdução*, cit., vol. I, nº 27, pg. 52.

da reserva preformulada (art. 65.2), a única norma de direito intertemporal aplicável, no caso, é a que, afastando a *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, deu ao TRIPS vigor, a partir de sua publicação oficial, como lei interna.²⁴

Tendo esse Acordo internacional preenchido todos os requisitos da ordem jurídica brasileira para ter, aqui, força e vigorar de lei e a isso não tendo sido oposta norma legal de efeito suspensivo, passou ele a incidir nas relações e situações jurídicas constituídas no Brasil. Sublinhe-se que somente normas formal e materialmente legislativas podem, agora, modificar, ab-rogar e revogar as disposições do TRIPS, em razão do princípio de legalidade (art. 5º, II e XXIX e art. 48, *caput*, Const.) e do que preceitua a Lei de Introdução ao Código Civil:

Art. 2º — *Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue*

§ 1º — **A LEI POSTERIOR REVOGA A ANTERIOR QUANDO EXPRESSAMENTE O DECLARE, QUANDO SEJA COM ELA INCOMPATÍVEL OU QUANDO REGULE INTEIRAMENTE A MATÉRIA DE QUE TRATAVA A LEI ANTERIOR.**

Por sua vez, as disposições transitórias do Decreto Legislativo de aprovação e do Decreto de promulgação do TRIPS, já não são mais modificáveis, porque *destinando-se a vigência temporária* exauriram-se e perderam a existência com a realização do seu conteúdo (art. 2º, *caput*, LICC).

Vigentes no Brasil — isto é, eficazes e aplicáveis — as disposições do TRIPS somente por normas formal e materialmente legislativas podem ser modificadas e revogadas.

Corrobora essa afirmação o precedente específico do Supremo Tribunal Federal (RTJ 83/809), segundo o qual as normas dos atos internacionais transformadas em direito interno estão sujeitas ao princípio *lex posterior* e sofre a incidência da regra da Constituição que protege o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. E, porque são leis, a separação de poderes as alcança. A sua vigência, duração e sucessão subordinam-se aos processo e atos previstos no ordenamento nacional para a produção e extinção das regras jurídicas. E a sua interpretação e aplicação pertencem exclusivamente aos órgãos nacionais da jurisdição.

As declarações dos órgãos políticos e as interpretações administrativas não modificam o conteúdo de disposições materialmente legislativas, como devem ser todas as que manda fazer ou deixar de fazer alguma coisa (art. 5º, II, Const., Princípio de legalidade) ou importam perda não consentida dos bens ou do patrimônio individual (art. 5º, LIV, Const., princípio do devido processo). Somente os órgãos investidos de poder legislativo, e no exercício dele, podem modificar, ab-rogar e derrogar as regras de um, tratado, acordo ou ato internacional convertidos ao direito interno. E só os juízes e tribunais brasileiros interpretam-nas e aplicam-nas *inter nolentes*.

Nessa conformidade, se nenhuma norma de direito interno e da mesma hierarquia legislativa postergou o temo inicial de vigência do TRIPS no Brasil, mas, deu-lhe vigor de lei a partir de 1º de janeiro de 1995, é certo que, desde então, ele produz efeitos nas relações e situações jurídicas que disciplina, as quais escapam à incidência da lei nova, nos termos do artigo 5º, XXXVI, da Constituição.²⁵

24 REZEK, loc.cit.: “Decretos promulgatórios de tratados internacionais costumam determinar sua vigência — a do decreto — na própria data da publicação. Quando silentes, fazem operar a norma da Lei de Introdução ao Código Civil, que difere em quarenta e cinco dias essa vigência. Num e noutro caso, é também este o ponto cronológico em que começa a vigorar no plano interno o tratado, sempre que sua vigência internacional seja fato consumado.”

25 Também a norma internacional convencional respeita os direitos adquiridos: “*Les parties contractantes peuvent stipuler que lorsque le traité est ratifié, ses effets pour l'exécution doivent être reportés au moment de la signature*” (...) “*Jamais l'effet rétroactif ne pourra s'étendre aux droits acquis des particuliers, qui seraient modifiés par suite de l'application du traité*”. (PASQUALE FIORE, *Nouveau*

9. Estando a Ata Final do TRIPS, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 1995, como demonstrado, pergunta-se a norma do artigo 33 (“A vigência da patente não será inferior a um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da data do depósito”) prorroga o prazo das que foram concedidas por quinze anos, no regime do anterior Código de Propriedade Industrial.

Essa questão de direito intertemporal resolve-a o artigo 6º, da lei de Introdução ao Código Civil:

Art. 6º — *A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.*

Para ROUBIER o efeito imediato é a regra geral; ele o define como a aplicação da lei nova, desde a sua promulgação, a todos os efeitos que resultarão, no futuro, das relações jurídicas nascidas ou por nascer (“*L’effet immédiat de la loi doit être considéré comme la règle ordinaire: la loi nouvelle s’applique, dès sa promulgation, à tous les effets qui résulteront dans l’avenir de rapports juridiques nés ou à naître.*”)²⁶

Não se devem confundir efeito imediato e efeito retroativo; no Brasil essa distinção é de direito positivo, como se viu da parte final do artigo 6º, da Lei de Introdução, acima transcrito. E a ressalva aí contida foi constitucionalizada “*por amor e garantia dos direitos*

individuais”, como se lê em JOÃO BARBALHO.²⁷

Esse seu caráter tutelar está patente no enunciado da norma do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição, ao vedar *prejuízo*²⁸ a direito adquirido, a ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Art. 5º — .....

XXXVI — *a lei não prejudicará, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;*

10. Incidindo imediatamente, como é a regra, a lei nova não se pode aplicar aos efeitos futuros das relações jurídicas existentes, quando diminua ou restrinja o gozo e o exercício de direitos já incorporados ao patrimônio de seus titulares. Também esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal: “*a lei só tem efeito retroativo quando da sua aplicação resulta infração a direitos adquiridos*” (R.F. XXXIX/356).

Ora, nenhum direito é infringido, quando o prazo de vigência de uma patente é estendido de quinze para vinte anos. A lei nova que aumenta ou amplia direito pessoal ou real não prejudica nem o direito, nem o seu titular. Por isso, pode aplicar-se e incidir imediatamente, sem que se vislumbre retroação proibida.²⁹ Antigo aresto do Supremo Tribunal Federal já afirmava que não ofende a proibição constitucional da retroatividade a lei que diminui ou elimina pena, tanto criminal como civil (RF 25/212).³⁰

Droit International Public, t. II, Paris, A. Durand et Pedone-Lauriel, Editeurs, 1885, nº 1.020, pg. 377).

26 PAUL ROUBIER, *Le Droit Transitoire*, 2^{ème} Édition, Éditions Dalloz et Sirey, Paris, 1960, pg. 11.

27 *Constituição Federal Brasileira, Comentários*, Edição fac-similar de 1891, Senado Federal, Brasília, 1992 pg. 42.

28 THÉOPHILE HUC, op. cit., vol. I, pgs. 90-91: “*en ce qui touche les droits la loi ne dispose que pour l’avenir, ou plutôt le juge doit interpréter la loi comme ne statuant que pour l’avenir*”.

29 Não se deve confundir esse efeito com o da lei mais benéfica que, no direito penal, retroage ou com a mais favorável que a Constituição (art. 5º, XXXI) manda aplicar ao cônjuge e filhos brasileiros, em caso de sucessão de bens de estrangeiros existentes no Brasil.

30 V. ARMANDO COSTA, *O Direito Intertemporal e o Direito Penal*, in RF, LXXXIX/47: “Mesmo SAVIGNY, um dos maiores conhecedores das fontes romanas, quando procurou atualizar a legislação antiga incorporando-a ao moderno direito alemão, no exame dos problemas dos limites temporais da lei, equiparou a lei retroativa à lei que trouxesse lesão a direitos adquiridos”.

11. Cuidando destacadamente da incidência da Lei nova nos prazos de aquisição extinção de direitos, Francisco Campos sustentou que

*“Durante o curso do prazo a lei nova poderá fazer variar a duração deste ou modificar os efeitos jurídicos futuros que a lei anterior autorizava os interessados a esperar ao fim do prazo”, [porque o efeito jurídico] “se configura no momento em que o prazo se ultima.”*³¹ (grifei).

Louvava-se o redator da Lei de Introdução, na opinião de ROUBIER, que cita, longamente:

“Em summa, a lei nova opera livremente sobre a situação em curso, com a única condição de respeitar os elementos jurídicos anteriores que tenham um valor próprio em suas condições de validade e nos efeitos que anteriormente produziram, pouco importando que se trate de elementos propriamente constitutivos ou de elementos que cream obstáculo à constituição, desde que esta esteja em curso.

Pode haver, porém dificuldade em definir em que caso um elemento dessa constituição tem um valor jurídico próprio. Supponhamos que se trate do prazo de prescrição e que a lei nova se proponha modifica-lo. Certos autores estimaram que para fixar exactamente o domínio da lei antiga e o da lei nova, devia fazer-se um cálculo de proporção dos dois prazos; a lei antiga exigia vinte anos e a lei nova limita o prazo a dez annos; áquelle que já houvesse prescripto quatorze annos seriam contados sete nas condições da nova lei, que reduziu o prazo da metade.

Esta opinião nos parece insustentavel, porque ella tendo a considerar que o prazo consummado sob a antiga lei, ainda que insuffi-

ciente para prescrever segundo esta lei, já tinha um valor jurídico proprio, que a lei nova deveria respeitar; ora ha nisso um erro, porque a prescrição, si ella houvesse deixado de correr aos quatorze annos, sob o imperio da lei anterior, não teria mais valor do que si tivesse sido suspensa no primeiro anno. *Na duração do prazo, só ha um momento que conta do ponto de vista do direito, é o da sua terminação; logo, enquanto não terminado, a lei nova pode modical-o á vontade.”* (ROUBIER, “*Conflicts des Lois*”, vol. I, pag. 390, grifei).

12. Tendo em vista especificamente a propriedade industrial e intelectual, a doutrina converge no sentido da incidência da lei nova. CLOVIS BEVILAQUA, entende que,

*“para os livros publicados sob o império da lei nº 496, de 1ª de agosto de 1898, e que ainda não haviam caído no domínio comum, quando entrou em vigor o Código Civil, o prazo da garantia legal é o do Código Civil, porque o direito autoral, ainda subsistente, passou a ser regulado pela lei nova.”*³²

Parece-me evidente que sendo da mesma natureza a relação jurídica de propriedade industrial, a solução há de ser igual.

Se se trata do prazo de exclusividade de fruição de um direito, como o de usufruto (e o de propriedade industrial), ROUBIER manifesta a mesma opinião:

*“Suponhamos que uma nova lei decide que os direitos de usufruto em favor de uma pessoa moral durarão trinta annos (Cód. Civil, 518). Esta lei deve ter efeito immediato, mas não retroativo, o que significa que todos os usufrutos desse gênero, existentes no dia da entrada em vigor da lei, submeter-se-ão a esse termo extintivo; mas esses trinta annos, deverão ser contados somente a partir da nova lei.”*³³

Tendo a lei de 11 de março de 1902 estendido o direito de propriedade intelectual aos

31 RF, LXXII/35.

32 CLOVIS BEVILAQUA, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*, vol. I, 1940, pg. 1115.

33 (Falta a Nota. Não enviaram os originais com a mesma!)

desenhos e modelos de indústria, ROUBIER sustentou que os anteriormente produzidos passavam a gozar, também, de igual proteção.³⁴

13. Há uma derradeira questão de direito intertemporal a ser esclarecida. Pergunta-se a *vacatio legis* que suspendeu por um ano a vigência da nova lei de patentes (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, art. 243) suspende também a do artigo 33, do TRIPS, já transformado em regra do ordenamento jurídico nacional.

Penso que não. Como todas as normas jurídicas, a do artigo 243, referido, é prospectiva, vige para o futuro e não retroage. Tem, certamente, força derogatória das disposições anteriores com ela incompatíveis, como seriam, supõe-se, as do Decreto Legislativo nº 30 e do Decreto nº 1.355, ambos de 1994, que fizeram o TRIPS vigorar a partir de 1º de janeiro de 1995.

Contudo, porque são disposições transitórias, essas últimas perderam a vigência quando cumprido o que ordenaram. É o fenômeno que a doutrina denomina revogação por causas intrínsecas.³⁵

A entrada em vigor do TRIPS é, assim, um fato já consumado que não pode sofrer a incidência da lei nova, porque isto constituir-se-ia em retroação máxima que nem a teoria geral do Direito e das normas tolera³⁶, nem a Constituição permite (art. 5º, XXXVI).

Tanto assim é que a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, expressamente exclui a possibilidade de a norma transitória, i, e., destinada a vigência temporária, vir a ser revogada expressa ou tacitamente pela lei nova.

Art. 2º — *Não se destinando a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.*

§ 1º — A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Outra hipótese que se aventa é a da revogação do artigo 33, do TRIPS, pelo artigo 40, da Lei nº 9.279, de 1996, por força do disposto na parte final do § 1º, do artigo 2º, da Lei de Introdução (“quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”).

Se assim fosse, as patentes só teriam vigência vintenária se concedidas depois de 14 de maio de 1997.

Duas razões negam e excluem essa possibilidade:

a) *as disposições do artigo 33, do TRIPS, e do artigo 40, da Lei nº 9.279, de 1996, não são integralmente coincidentes;*

b) *o fenômeno jurídico que ocorre entre normas homólogas de tratado e lei é o da implementação e integração, não o da revogação.*

Que elas não são coincidentes a leitura das

34 Op. cit., pgs. 210-211.

35 EDUARDO ESPÍNOLA e E. ESPÍNOLA FILHO, op. cit., pg. 58, discorrendo sobre a cessação da vigência da lei por causas intrínsecas, arrolam o exemplo das “disposições, cuja razão é, exclusivamente, regular relações num período de transição, como sucede às disposições transitórias, que se encontram no fim dos códigos e de certas leis importantes”. A página 60 completa essa observação: “Como pondera STOLFI, nessas leis trazem consigo a causa intrínseca de ab-rogação, nem sempre é determinado o tempo de duração, como se vê nas disposições, transitórias, que cessam de ter vigor, quando exauridas inteiramente as relações jurídicas a que se destinam”.

36 Cf. GABBA, *Teoria della Retroattività delle Leggi*, vol. I, terza edizione, Torino, Unione Tipografica Editrice, 1891, pg. 35: “Tutte le leggi retroattivi, siano tali per arbitrio dal legislatore, o lo siano per natura loro, non possono mai avvere per effetto di sconvolgere rapporti giuridici consumati e finiti anteriormente alla loro emanazione. Invero, considerare come non avvenuto un fatto consumato in virtù della legge vigente, o viceversa, non per impedire ulteriore conseguenze del fatto o della omissione, ma per attribuire o taluno un diritto qualunque fin dal momento in cui il fatto o l’omissione, or considerata come non avvenuta, ebbe luogo, è finzione impossibile, è mostro giuridico, che il legislatore non può volere, ne dovesse mai supporre che abbia voluto.”

duas disposições facilmente revela: o artigo 33, do TRIPS, apenas estipula a obrigação dos Estados-Partes de assegurar às patentes o prazo de vigência que menciona, enquanto que o artigo 40, além de assim dispor, disciplina o ato concessivo da patente e os termos a que está sujeito.

Art. 33 — TRIPS

A vigência da patente não será inferior a um prazo de 20 anos, contados a partir da data do depósito.

Art. 40 — Lei 9.279

A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da data do depósito.

Parágrafo único: O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o Inpi estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

Pode-se invocar, com inteira pertinência, a asserção dos ESPÍNOLA, segundo a qual “*Da combinação dos §§ 1º e 2º, do artigo 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas, quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não dispunha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a lei anterior*”.³⁷

Nem há, pois, revogação pela aplicação do princípio *lex posterior*, nem ab-rogação ou derrogação pela exclusiva ocupação do campo normativo.

Enfim, o artigo 33, do TRIPS, foi complementado, não revogado, pelo artigo 40, da Lei 9.279, de 1996; e, de outra parte, a *vacatio* especial da nova lei de patentes tampouco modifica as regras transitórias do Decreto Legislativo nº 30, de 1994, e do Decreto nº

1.355, que deram eficácia ao TRIPS a partir da respectiva publicação, porque *destinando-se estas a vigência temporária*, deixaram de existir com a realização do que ordenaram.

VII — CONCLUSÃO

14. Indagam as Consulentes, American Cyanamid Company e Cyanamid Química do Brasil se

“o Acordo TRIPS começou a vigorar no Brasil em 1/1/95, mesma data de vigência do Tratado que criou a Organização Mundial do Comércio e, por consequência, todas as patentes que se encontravam então em vigor tiveram seus prazos estendidos por mais 5 anos pela aplicação conjunta de seus artigos 70.2 e 33, confirmando que o modo pelo qual o Tratado foi aprovado e promulgado no Brasil acarretou a opção pela sua imediata aplicação, sem que se aguardasse os prazos transitórios opcionais previstos em seus artigos 65.1 e 65.2.

Respondo afirmativamente a essa questão, de acordo com o que longamente expliquei.

15. Em carta de 31 de março pp., as Consulentes perguntam se, decorridos três anos da sua aprovação, poderia o Brasil notificar a Organização Mundial do Comércio de sua intenção de valer-se da reserva do artigo 65.2 para adiar a aplicação do TRIPS no seu território.

Penso que a faculdade concedida aos países em desenvolvimento de postergar a aplicação do TRIPS por quatro anos está preclusa para o Brasil, porque as suas autoridades dispuseram em sentido contrário, ao editarem regra de direito intertemporal com ela incompatível, qual seja a da vigência imediata do TRIPS (Art. 3º, do Decreto Legislativo nº 30, de 15.01.1994 e art. 2º, Decreto nº 1.533, de 1994).³⁸ Sobre esse ponto é esta a lição de L. LAUTERPACHT: “*The conduct of parties*

37 Op. cit., vol. I, pg. 69.

38 HILDEBRANDO ACCIOLY, *Manual de Direito Internacional Público*, 2ª edição, Edição Saraiva, São Paulo, 1953, pg. 280: “*Não existem ainda, sem dúvida, regras precisas, que fixem prazos aplicáveis aos casos em que a extinção possa ser invocada e determinem as causas de suspensão ou interrupção*

subsequent to the conclusion of the treaty may in some cases be resorted to as means of interpretation, especially with regard to the obligations of the party as acknowledged by its conduct".³⁹

Essas normas transitórias do direito interno perderam sua vigência com o cumprimento de suas disposições, o que equivale à sua extinção; e, por isso, já não podem ser mais modificadas ou revogadas; e, se assim não fosse, *ad argumentandum tantum*, também porque, sendo formal e materialmente legislativas, só por outra de igual hierarquia o poderiam ser.

São incompetentes, portanto, o Poder Executivo brasileiro e as autoridades da Organização Mundial do Comércio para ditar nova disposição ou interpretação capaz de modificar ou revogar norma formalmente legislativa anterior que, acrescente-se, já tendo produzido seu específico efeito transitório, perdeu sua vigência e, portanto, sua existência.

Por tais razões, respondo negativamente a essa pergunta.

É o meu parecer.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1998.

Célio Borja